



Procuradoria-Geral da República



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

entre

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

e

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Considerando que a Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público ao qual compete representar o Estado, defender os interesses que a lei determinar, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática;

Considerando que o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (doravante designado por ICJP) tem por objeto a investigação, o ensino e a divulgação das Ciências Jurídico-Políticas, das Ciências Políticas, Sociais e Económicas ou outras com elas relacionadas, em especial no que se refere à promoção e desenvolvimento da investigação científica, ao estudo e divulgação das áreas do saber que constituem o seu objeto, à organização de cursos de pós-graduação e ao desenvolvimento de ações de formação complementar, à promoção e coordenação de projetos de investigação aplicada, bem como ao intercâmbio e à cooperação com outras entidades;

Considerando a existência de uma ampla convergência de objetivos e as vantagens mútuas no estreitamento da colaboração entre a Procuradoria-Geral da República e o ICJP no domínio da promoção e difusão do Direito Público;

Considerando que a Procuradoria-Geral da República pretende estabelecer relações mais estreitas com o meio universitário, com o objetivo de contribuir para o estudo e investigação do Direito e para a participação de magistrados do Ministério Público em iniciativas universitárias;

Considerando que a Procuradoria-Geral da República pretende apoiar trabalhos de investigação que abordem temas e problemas jurídicos relacionados com as principais disciplinas do Direito Público;



Procuradoria-Geral da República



Considerando que o ICJP está identicamente empenhado no estreitamento e no desenvolvimento da cooperação entre a Universidade e outros agentes relevantes da sociedade, no debate e divulgação das Ciências do Direito Público e na reflexão sobre temas e problemas jurídico-políticos de atualidade;

A Procuradoria-Geral da República, sediada na Rua da Escola Politécnica, n.º 140, em Lisboa, e o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com sede na Alameda da Universidade, em Lisboa,

Celebram um Protocolo de Cooperação (doravante, "Protocolo") regido pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Colaboração recíproca)

1. A Procuradoria-Geral da República compromete-se a:
 - a) Acordar iniciativas juntamente com o ICJP, nomeadamente, através da sua promoção e divulgação, junto dos órgãos, agentes e serviços que integram a Procuradoria-Geral ou que dela estejam diretamente dependentes, no seu sítio da Internet, por correio eletrónico ou por outros meios habituais;
 - b) Apresentar propostas de cursos, estudos e conferências subordinadas a temas de Direito público;
2. O ICJP compromete-se a:
 - a) Dar destaque à Procuradoria-Geral da República, nas iniciativas por si organizadas, no âmbito da sua actividade, que tenham especial relevância para a Procuradoria-Geral da República;
 - b) Reunir com a Procuradoria-Geral da República para fazer o balanço e a avaliação das atividades empreendidas;



Procuradoria-Geral da República



- c) Incluir nas suas pós-graduações e seminários, como docentes ou conferencistas, personalidades de reconhecida competência científica que lhe sejam indicadas pela Procuradoria-Geral da República.
3. Os termos das participações referidas na alínea c) do número anterior serão acordados caso a caso, entre a Procuradoria-Geral da República e o ICJP.
4. A todo o tempo, e sempre que as partes considerem oportuno, poderão ser implementadas e acordadas novas formas de colaboração.

Cláusula Segunda

(Divulgação)

Tanto a Procuradoria-Geral da República como o ICJP poderão fazer referência à celebração do presente Protocolo nos seus materiais de comunicação e promoção, incluindo os meios disponibilizados pela Internet, brochuras e afins.

Cláusula Terceira

(Regime de inscrição em cursos)

O ICJP compromete-se a aceitar, em todas as iniciativas realizadas, a inscrição de dois interessados, indicados pela Procuradoria-Geral da República, em regime de isenção de pagamento de propina.

Cláusula Quarta

(Obrigação de sigilo)

As Partes obrigam-se a garantir o sigilo da informação disponibilizada ao abrigo do presente Protocolo, na medida em que esse sigilo seja requerido.



Procuradoria-Geral da República



Cláusula Quinta

(Disposições finais)

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura, tendo a duração de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos se nenhuma das partes o denunciar.
2. As Partes poderão, a todo o tempo, denunciar o presente Protocolo, por escrito, sem necessidade de invocar justa causa ou qualquer fundamentação, com a antecedência mínima de 3 (três) meses relativamente à data pretendida para a cessação de efeitos.

Lisboa, 27 de março de 2012

O Conselheiro Procurador-Geral da República

O Presidente do Instituto
de Ciências Jurídico-Políticas

(Dr. Fernando Pinto Monteiro)

(Prof. Doutor Jorge Miranda)